



## **25 DE JULHO DE 2011**

### **Segunda - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **PUBLICADA A PORTARIA QUE DESIGNA UM GRUPO DE TRABALHO PARA ESTUDO DO PONTO ELETRÔNICO (ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 28/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **COPEL VAI ÀS COMPRAS PARA RECUPERAR POSIÇÃO**
- **APOSENTADO CONFIRMA HOJE REVISÃO DE TETO**
- **INFRAÇÃO AO CDC CUSTARÁ O DOBRO**
- **CAMPAGNOLO E BARROS DISPUTAM A FIEP**
- **BRASIL É Nº 1 EM ENCARGOS TRABALHISTAS**
- **PR SÓ PREENCHE 20% DAS VAGAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**
- **OFERTA DE SERVIÇO PARA PORTUÁRIOS CRESCER 36% NO PRIMEIRO SEMESTRE**
- **CHERY QUER 4% DO MERCADO BRASILEIRO EM ATÉ SEIS ANOS**
- **FÁBRICA DE PNEUS NA RMC VAI FORTALECER POLO AUTOMOTIVO DO PARANÁ**
- **INDÚSTRIA NAVAL PEDE ISONOMIA COM IMPORTADOS**
- **PRIVATE EQUITY TEM CAPTAÇÃO E INVESTIMENTO RECORDES NO PAÍS**
- **STF JULGA MÉRITO POR MEIO VIRTUAL**
- **INDÚSTRIA DESAQUECE NO SEGUNDO TRIMESTRE**
- **DILMA: NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL ESTÁ PRONTA**
- **CNI: PESSIMISMO COM EXPORTAÇÕES E OTIMISMO COM DEMANDA INTERNA**
- **LUCRO LÍQUIDO DA VOLVO CRESCE 42%**

- **IR - FONTE - PIS E COFINS DO MÊS DE JUNHO VENCEM HOJE, DIA 25/7**
- **PROJETO DE LEI - PROJETO ESTABELECE NOVO CÁLCULO PARA O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**
- **PODER LEGISLATIVO - LIMINARES: PROJETO AGILIZA ANÁLISE DE PEDIDOS NOS PROCESSOS CÍVEIS**
- **DEFESA DO CONSUMIDOR - EMPRESA DEVERÁ INFORMAR CLIENTE QUANDO FOR LÍDER EM RECLAMAÇÕES**
- **DIREITO TRIBUTÁRIO - ICMS: PENHORA SOBRE FATURAMENTO DE EMPRESA EXECUTADA É MANTIDA**
- **INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS DEVE SUBIR NO SEGUNDO SEMESTRE, PREVÊ ECONOMISTA**

<b>Câmbio</b> Em 25/07/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,544	1,544
<b>Euro</b>	2,216	2,217

Fonte: BACEN

### **Copel vai às compras para recuperar posição**

25/07/2011- Gazeta do Povo

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) pretende recuperar a posição perdida nos últimos anos, quando viu sua participação no mercado energético brasileiro cair de 6%, no início dos anos 2000, para os atuais 4,5%. E, para isso, a empresa deve ir às compras, segundo o presidente da companhia, Lindolfo Zimmer.

De acordo com ele, a falta de investimentos mais agressivos na expansão em seu parque fez com que a empresa perdesse espaço no cenário brasileiro. "Foram decisões estratégicas do acionista principal, que não nos cabe agora discutir, que culminaram com essa perda de participação no Brasil e no Paraná", diz.

## **Direção nega qualquer possibilidade de venda**

A guinada da Copel rumo a uma atuação mais voltada para resultados voltou a alimentar boatos sobre a possibilidade de a estatal ser privatizada, estratégia refutada pelo presidente da companhia, Lindolfo Zimmer. "Uma empresa como a Copel só poderia ser colocada à venda em dois casos. O primeiro é a vontade do acionista majoritário, no caso, o governo, que obviamente não tem nenhuma intenção de se desfazer da companhia. O segundo seria por exigência dos clientes, insatisfeitos com o serviço, o que também não é o caso", afirma.

Em 2001, o ex-governador Jaime Lerner tentou privatizar a Copel, estratégia que foi alvo de várias ações na Justiça. As duas tentativas de levar a empresa a leilão acabaram fracassando. Na última delas, em novembro daquele ano, as empresas inscritas – GP Investimentos, Beta Participações, da belga Tractebel e Maromba (consórcio formado pela Vale e a Votorantim) – não compareceram para apresentar garantias. (CR)

O presidente da Copel, Lindolfo Zimmer, confirmou que a empresa terá 30% da usina de Baixo Iguaçu, cujo leilão foi vencido pela Neoenergia em 2008. A hidrelétrica, com capacidade instalada para 350 MW e situada entre os municípios de Capanema e Leonidas Marques, enfrenta várias ações judiciais e as obras não começaram até agora. "A Copel acertou sua entrada no negócio. A empresa tem condições de levar capacitação técnica para o empreendimento", afirma Zimmer. A Eletrosul, segundo ele, deve ficar com 15%. Copel e Eletrosul, curiosamente, perderam a disputa do leilão de Baixo Iguaçu para a Neoenergia.

O presidente da Copel admite que os prazos da obra terão que ser revistos por conta dos atrasos. A usina deveria funcionar comercialmente a partir de 2013.

## **Tibagi**

Enquanto isso, a Copel pretende colocar em operação a usina de Mauá, no Rio Tibagi, até dezembro deste ano. A obra, que deveria ficar pronta em janeiro de 2011, também sofreu uma série de paralisações por conta de ações na Justiça envolvendo questões ambientais. Os atrasos na obra fizeram surgir boatos sobre problemas na estrutura da usina, mas Zimmer diz que desconhece qualquer situação do gênero.

Localizada entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, a obra está orçada em R\$ 1,3 bilhão. Além da Copel, que detém 51%, a Eletrosul tem 49% do consórcio vencedor. Com 361 MW, a usina terá capacidade para iluminar uma cidade com 1 milhão de habitantes. (CR)

No plano de expansão, que foi divulgado dias atrás, entre as principais metas da companhia está o crescimento de 44% da potência instalada do seu parque, passando dos atuais 5,158 mil megawatts (MW) para 7,427 mil MW.

O anúncio foi uma espécie de recado para o mercado de capitais sobre a nova estratégia da companhia. "A Copel passa a ser gerida como uma empresa, essa é a orientação do governo. Queremos revelar que estamos no jogo. O desafio é mostrar que somos tão bons ou melhores do que uma companhia privada", afirma.

Um dos objetivos é voltar a ser “superavitária” no Paraná. Hoje, o “déficit” entre a capacidade instalada da empresa e a demanda do estado é de 30%, ou 600 MW médios. “Significa que a Copel está deixando de atender um mercado equivalente a uma população de 1,6 milhão de pessoas, o equivalente a uma cidade como Curitiba”, diz Zimmer. “No passado o estado foi exportador de energia. Hoje ele importa”, diz.

### **Em caixa**

Para fazer frente aos seus planos, a Copel conta com um caixa de R\$ 2 bilhões e o baixo endividamento – 17% sobre o patrimônio líquido – se comparado à média de mercado de companhias de mesmo porte, que gira em torno de 40%, segundo Zimmer. Ele acrescenta que a companhia se prepara para investir tanto na participação em projetos quanto na aquisição de concorrentes. “Há grandes empresas no mercado, principalmente da Espanha e Portugal, que vêm passando por dificuldades nos seus países de origem e são oportunidades de aquisições por aqui”, declara.

Zimmer não revela nomes, mas nos últimos meses surgiram especulações sobre a possibilidade de venda de ativos da espanhola Endesa no Brasil – a companhia, no entanto, nega essa possibilidade.

### **Leilões**

No curto prazo, a Copel mira os leilões que devem começar em agosto deste ano, como de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), de eólicas e de geração hidrelétrica no Norte do país. Entre os alvos estão as usinas de São Manoel (746 MW), Sinop (461) e Foz do Apiacás (275 MW), que integram o complexo hidrelétrico no Rio Teles Pires, no Pará, onde a empresa venceu o leilão da usina de Colíder, que está em construção. As obras dessa última, que foram alvo de uma ação na justiça, foram retomadas, segundo Zimmer.

Outros oito empreendimentos que devem ir a leilão no Rio Tapajós, do qual o Teles Pires é afluente, também interessam à estatal.

A Copel espera que até 2015 pelo menos 22% da capacidade do seu parque gerador sejam provenientes de projetos de fontes alternativas de energia. Recentemente, a Copel anunciou a compra de participação em três usinas eólicas no Rio Grande do Norte.

### **Nanicas**

As companhias de energia de pequeno porte no Paraná, que atendem municípios pequenos, como Força e Luz de Coronel Vivida (Forcel), a Companhia Campolarguense de Energia (Cocel) e a Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), de Guarapuava, no Centro-Sul do estado, também estão na mira da Copel. “Essa integração nos interessa”, diz. O apetite pelas “nanicas” vem desde 2008, mas até agora nenhum negócio foi fechado.

Para Zimmer, a demanda por energia no estado deve dar um salto nos próximos anos, principalmente com a instalação de novas indústrias no estado. No primeiro

semestre, o mercado cativo da empresa cresceu 4%, para 11.086 gigawatts-hora (GWh), com destaque para a classe comercial.

Sem contar os recursos para aquisições e disputas em leilões, a Copel já anunciou R\$ 2,06 bilhões em investimentos para 2011. Metade desses recursos vai para geração e transmissão de energia. O segmento de distribuição da companhia receberá aportes de R\$ 933,3 milhões, enquanto a subsidiária de telecomunicações terá R\$ 102,4 milhões.

## **Aposentado confirma hoje revisão de teto**

25/07/2011- Gazeta do Povo

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que começaram a receber o benefício entre os dias 5 de abril de 1991 e 1.º de janeiro de 2004 poderão conferir, no fim da tarde de hoje, se terão a revisão do teto previdenciário. A consulta pode ser feita pelo telefone 135 ou no site [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br).

Para fazer a consulta, o interessado deverá informar nome, número do benefício, CPF e data de nascimento. Ele não saberá de quanto será a revisão, só se terá direito. A revisão, garantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dará aumento médio de R\$ 240 para 117.135 segurados que tiveram o benefício limitado ao teto da época, mas que não tiveram as diferenças do reajuste extra do limite em 1998 e em 2004 incorporadas ao benefício.

Até novembro de 1998, o teto era de R\$ 1081,50. Em dezembro, por uma emenda constitucional, ele foi elevado para R\$ 1,2 mil. Quem já recebia o valor anterior não passou a receber o novo teto. O mesmo ocorreu em janeiro de 2004, quando outra emenda fixou o teto em R\$ 2,4 mil. O benefício com o aumento será pago em setembro. Além do reajuste, que pode variar de acordo com a média de contribuição do segurado à época, o INSS também irá pagar os valores retroativos a 131.161 segurados.

## **Infração ao CDC custará o dobro**

25/07/2011- Gazeta do Povo

A empresa que desrespeitar o Código de Defesa do Consumidor vai pagar mais caro por isso. Na última semana, o Ministério da Justiça praticamente dobrou o valor das multas aplicadas como penalidade por infrações cometidas, elevando o valor mínimo de R\$ 212,82 para R\$ 400 e o teto de R\$ 3,1 milhões para R\$ 6 milhões.

A justificativa é a correção de perdas inflacionárias, após mais de dez anos de congelamento. Até então, a base utilizada para aplicação das penalidades pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) era a Unidade Fiscal de Referência (Ufir) – extinta em 2000. Como não havia alternativa, as punições estavam congeladas. Os novos valores também servirão de base para reajustar as multas aplicadas pelos Procons estaduais e municipais. “Custará o dobro descumprir o código. Então, o melhor negócio é respeitar o consumidor”, alerta a diretora do DPDC, Juliana Pereira da Silva.

## **Inmetro tem a maior arrecadação**

No âmbito federal, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) foi o órgão que mais arrecadou para os cofres públicos em multas administrativas. De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), com base nos exercícios de 2008 a 2010, o Inmetro aplicou multas de R\$ 380,8 milhões a 226 mil empresas e recebeu R\$ 335,8 milhões.

Esse é o maior índice dentre os órgãos públicos, atingindo 88% de adimplência. Segundo o TCU, durante esse período, os órgãos públicos e agências reguladoras multaram 734,8 mil empresas, totalizando R\$ 24 bilhões. No entanto, menos de 5% desse total – R\$ 1,1 bilhão – foi efetivamente recolhido. “O valor recebido pelo Inmetro representa, aproximadamente, 40% do total. O relatório demonstra, além da eficácia e da efetividade da cobrança do Inmetro, a eficiência das ações preventivas realizadas nas relações de consumo”, avalia o procurador-geral do Inmetro, Marcelo Silveira Martins.

Dos outros órgãos da administração pública, o Ibama foi o que aplicou o maior montante em multas, totalizando R\$ 10,5 bilhões. Porém, o órgão recebeu apenas 0,3% deste total, configurando o pior índice de adimplência. (ACN, com agências)

Nos últimos 18 meses, o DPDC aplicou 28 multas, que totalizando R\$ 19 milhões – desses, R\$ 6 milhões foram autuações de empresas de telefonia. A maior parte das penalidades estava relacionada ao descumprimento de normas do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), seguido pelo setor de cartões de crédito.

O valor das multas varia de acordo com critérios como a gravidade da infração, reincidência, vantagem obtida pelo fornecedor, além da condição econômica da empresa. Quando pagos, os valores são revertidos ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD), que apoia projetos de entidades sem fins lucrativos nas áreas de proteção e defesa do consumidor. Os Procons estaduais e municipais possuem seus respectivos fundos em suas esferas de atuação.

No caso do Procon-PR, os recursos vão para o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Fecon), gerido pelo Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Confecon). Ele é formado por seis membros: o secretário de estado da Justiça, o coordenador do Procon-PR, um representante da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, do Ministério Público do Paraná (MP-PR), dois representantes de entidades não governamentais ligadas à área de defesa do consumidor e um representante da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná (OAB-PR).

Para este ano, o orçamento estadual prevê a destinação de R\$ 246,5 mil para o Fecon. Desse montante, 75% provêm do recolhimento de multas no último exercício. “A aplicação de uma multa não quer dizer, necessariamente, que o valor será recolhido, já que as empresas têm direito a ampla defesa e ao contraditório e podem recorrer. Quando o recurso é negado e a multa aplicada não é paga, ela vai para a dívida ativa do estado”, explica a coordenadora do Procon-PR, Cláudia Silvano.

Dentre as maiores multas aplicadas pelo Procon-PR está a de R\$ 3 milhões contra a Elma Chips por propaganda irregular em uma embalagem de salgadinho que trazia a imagem de copos de cerveja. A Monsanto foi multada em R\$ 2,4 milhões por irregularidades em seus produtos e BV Financeira em R\$ 1,2 milhões por práticas

lesivas aos consumidores. Os processos estão em fase de recurso. "A legislação prevê que, mesmo que o problema com o consumidor seja solucionado, o Procon pode aplicar uma multa." Ainda assim, isso não tira o direito do consumidor requerer, judicialmente, indenização por danos morais ou materiais.

O Confecon publica um edital com as regras para apresentação de projetos a serem financiados com os recursos do fundo. Órgãos públicos ou entidades civis que tenham entre suas atribuições legais a orientação, proteção ou a defesa do consumidor podem concorrer.

## Campagnolo e Barros disputam a Fiep

25/07/2011- Gazeta do Povo

A eleição para o cargo de presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) promete ser uma das mais concorridas da história da entidade. Faltando poucos dias para a votação, marcada para o próximo dia 3, os dois candidatos na disputa correm contra o tempo para fortalecer suas bases de apoio e angariar votos.

A decisão de Edson Campagnolo de participar da eleição da Fiep ocorreu em dezembro passado. Na ocasião, o atual presidente Rodrigo Rocha Loures procurava um nome nas bases da entidade para dar continuidade ao trabalho. "Meu nome foi lembrado. Isso foi uma grande honra e me colocou nesta disputa", afirma. Na opinião do candidato, o fato de ser um industrial há 33 anos, ter ocupado a presidência da Associação Comercial de Capanema, a presidência do Sindicato do Vestuário do Paraná e, atualmente, ser vice-presidente da federação o capacitam para o cargo. "Considero-me preparado porque sou das bases industriais, estou por dentro das necessidades das pequenas e grandes indústrias e o meu interesse é defender o setor."

A candidatura de Ricardo Barros à presidência da Fiep foi definida 48 horas antes do fim do prazo de inscrição das chapas. Desde o início do ano, Barros pregava o consenso em torno de um único nome para que não houvesse bate-chapa, mas o objetivo não foi alcançado. "Moveu-me o desafio de transformar a Fiep em um braço executivo da competitividade do Paraná. A federação precisa de foco e solução para os problemas que de fato afetam a competitividade das indústrias paranaenses." Ele aposta na sua larga experiência política para resolver grande parte dos problemas do setor como a questão tributária, legislação trabalhista, crédito, juros e infraestrutura. "São decisões exclusivamente políticas. Todas estão no âmbito do Executivo ou do Legislativo. Eu quero emprestar para federação a experiência que eu tenho na articulação política para que esses problemas sejam resolvidos mais rapidamente", argumenta.

Na semana passada, a Gazeta do Povo realizou sabatinas com os dois postulantes ao cargo, o empresário Edson Campagnolo, da chapa Fiep Independente, e o secretário estadual licenciado de Indústria e Comércio, Ricardo Barros, da chapa Nova Fiep.

A estratégia adotada por eles é comum: percorrer o estado agendando reuniões para apresentar às propostas de gestão e convencer os empresários, industriais e, principalmente, os representantes dos 99 sindicatos patronais com direito a voto.

O primeiro a passar pela sabatina foi o secretário licenciado Ricardo Barros. Sem conseguir evitar um bate-chapa com um nome de consenso, sua proposta inicial, o político deixou o governo de Beto Richa para disputar o pleito da Fiep. A sua principal bandeira de campanha passa pela experiência política como ex-prefeito de Maringá, deputado federal e articulador dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Lula no Congresso. Barros promete usar seu trânsito político, inclusive em Brasília, para alcançar os objetivos da indústria estadual. "Eu entrego resultado. Todas as tarefas que me foram entregues eu desempenhei com absoluta competência. A questão política se dá pela capacidade de fazer com que as coisas aconteçam", afirma.

Do outro lado da disputa está o empresário Edson Campagnolo, representante da indústria do vestuário do estado. Candidato da situação, ele diz acreditar que o bate-chapa é benéfico para a entidade. Campagnolo aposta na experiência de 33 anos como empresário para resolver os problemas dos colegas. "Pelo fato de ser do meio empresarial e com envolvimento em entidades de classe, considero-me preparado para assumir o cargo", aponta. Veja a seguir a opinião deles a respeito das principais questões envolvendo o setor industrial e também a resposta de cada um para uma pergunta feita pelo adversário.

## Brasil é nº 1 em encargos trabalhistas

25/07/2011- Gazeta do Povo

Confirmado: o **Brasil** é mesmo o **campeão mundial** dos **encargos trabalhistas**. Levantamento inédito da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), feito com base em dados compilados pelo Departamento de Estatística do Trabalho dos Estados Unidos (BLS, sigla em inglês de Bureau of Labor Statistics), mostra que os encargos já correspondem a praticamente um terço (32,4%) dos custos com mão de obra na indústria de transformação brasileira.

Trata-se do valor mais alto de toda a amostra, 11 pontos percentuais superior à média dos 34 países estudados pelo BLS (21,4%). Na Europa, por exemplo, o peso dos encargos no custo da mão de obra é de apenas 25%.

Quando comparado aos países em desenvolvimento, com os quais o Brasil compete comercialmente em escala mundial, a posição do País é ainda pior. Os encargos são 14,7% dos custos em Taiwan, 17% na Argentina e Coreia do Sul e 27% no México.

Apesar de o título brasileiro de campeão mundial já estar consolidado há um bom tempo no debate econômico, faltavam informações sobre a representatividade dos encargos trabalhistas no custo da mão de obra em um conjunto de países.

No Brasil, os encargos sobre a folha salarial são compostos principalmente pelas contribuições patronais à Previdência Social. No caso da indústria de transformação, a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sozinha, corresponde a 20% da folha de salários.

Há também a contribuição por Risco de Acidente de Trabalho, o Salário Educação e contribuições ao Incra, Sesi, Senai e Sebrae, que correspondem a até 8,8% da folha de salários.

Somando-se as contribuições do empregador ao FGTS, indenizações trabalhistas e outros benefícios, como o 13.º salário e o abono de férias, o total de encargos chegou a 32,4% dos gastos com pessoal da indústria em 2009, ano-base do estudo do BLS.

Para a Fiesp, a indústria brasileira enfrenta uma perda de competitividade que tem levado a um quadro de desindustrialização do País.

## PR só preenche 20% das vagas para portadores de deficiência

25/07/2011- O Estado do Paraná

Vinte anos depois da promulgação da lei nº 8.213/1991, publicada no dia 24 de julho de 1991, a oferta de bons empregos para pessoas portadoras de deficiência ainda deixa a desejar. De cada dez vagas abertas para pessoas com deficiência nas Agências do Trabalhador do Paraná apenas duas são preenchidas. A lei de 1991 obriga as empresas com cem ou mais empregados a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com portadores de deficiência.

De janeiro a maio deste ano, foram abertas 4.265 vagas em todo o Estado, que resultaram em 923 contratações. Dessas, mais da metade está concentrada em Curitiba e Região Metropolitana. Mais do que as vagas, é difícil encontrar um emprego com salário razoável.

Enquanto diversos dos empregos ofertados continuam com salários estagnados, o grau de escolaridade das pessoas com deficiência melhorou nos últimos 20 anos. "Hoje é mito dizer que pessoas com deficiência não têm qualificação", afirma o coordenador do Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência da Secretaria Estadual do Trabalho e Emprego, José Simão Stczaukoski.

Dos paranaenses com deficiência que começam a trabalhar pela lei de cotas e entram na cadeia produtiva, aproximadamente 30% integram um quadro considerado inferior entre os funcionários e não possuem um plano de progressão de carreira. "Essa pessoa não pode ser medida pela deficiência, mas pela eficiência dela. Muitas vezes o deficiente é visto como se estivesse invadindo um espaço, alguém que está na empresa apenas por causa da força da lei. Ainda há dificuldades como as enfrentadas pelas mulheres na década de 1960, quando elas faziam serviços como somente limpar chão", compara Stczaukoski.

Carolina: "oportunidades que aparecem costumam ser de um nível muito baixo".

Portadora de deficiência auditiva, Carolina de Pontes Bicudo confirma as dificuldades na hora de conseguir um bom emprego. "As oportunidades que aparecem costumam ser de um nível muito baixo", relata.

As vagas também precisam ser adaptadas às limitações de cada um, o que nem sempre acontece. "Eu, como deficiente auditiva leve, tenho dificuldade em algumas coisas. Por eu ter uma boa fala, muitas pessoas acham que isso é mentira e não acreditam que eu tenho deficiência, pensam que é preguiça ou falta de vontade de trabalhar. Tive problemas em um antigo trabalho, pois me colocaram como telefonista e isso me prejudicou muito", relata Carolina.

Hoje satisfeita trabalhando como auxiliar de crédito, Carolina lembra que não foi sempre assim. Na empresa anterior, pela qual foi contratada como auxiliar

administrativa, ela reclama da falta de oportunidades para crescimento, embora recebesse um salário considerado bom. "Trabalhei por quatro anos na mesma empresa, dos quais três anos na mesma área. Fiquei um ano na luta de mudança de área e oportunidade de carreira, mas não consegui nada. Quero sempre estar aprendendo, então eu me demiti. Senti que eu era só mais uma garota pra cumprir cota e não fazia diferença o que eu fizesse lá. Isso desanima muito", desabafa.

### **Indicadores da Rais 2010**

Do total de trabalhadores com deficiência registrados em 2010, o Relatório Anual de Informações Sociais (Rais), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em maio, mostra a predominância dos classificados com deficiência física (54,47%). Em seguida aparecem os deficientes auditivos (22,49%), visuais (5,79%), mentais (5,10%) e com deficiências múltiplas (1,26%).

Na média nacional do levantamento, a remuneração para um deficiente físico gira em torno dos R\$ 2.025,96. Pessoas com deficiência auditiva aparecem com salário médio de R\$ 1.925,67, as com deficiência visual com R\$ 1,768,54 e pessoas com deficiências mentais com R\$ 772,20. Já o salário médio oferecido a pessoas com deficiências múltiplas fica em torno de R\$ 1.376,38.

No Paraná, 5,53% das pessoas com emprego formal possuem algum tipo de deficiência, de acordo com a Rais. O índice está abaixo da média nacional, que no ano passado foi de 6,94%.

### **Oferta de serviço para portuários cresceu 36% no primeiro semestre**

25/07/2011- O Estado do Paraná

O volume de serviço para os Trabalhadores Portuários Avulsos de Paranaguá (TPAs) cresceu 36% no primeiro semestre do ano. Foram 307,8 mil convocações de trabalho em seis categorias diferentes: estivadores, conferentes, consertadores, arrumadores, vigias e bloco. No mesmo período de 2010, foram 225,9 mil chamados de trabalho.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) considera que o acréscimo de 13% na movimentação geral de mercadorias pelos portos paranaenses entre janeiro e junho motivou a maior procura por mão-de-obra. Considerando apenas a categoria dos estivadores, o volume de trabalho cresceu 50% no período. Entre os trabalhadores do bloco – aqueles que fazem o serviço de limpeza e conservação dos navios – o crescimento foi de 46%.

Além do aumento no volume de trabalho, os TPAs também registraram aumento de salários. Eles recebem por serviço prestado e, no semestre, foi registrada alta de 17,89% no ganho destes trabalhadores, somando R\$ 61,87 milhões pagos a cerca de três mil pessoas.

De acordo com o diretor executivo do Órgão Gestor de Mão de Obra Portuária (Ogmo-PR), Hemerson Costa, o aumento no volume de trabalho e a conseqüente alta na remuneração tem animado os trabalhadores. "Com o aumento da oferta de trabalho e remuneração maior, gera-se uma melhor condição de vida para os trabalhadores e isso incentiva a economia", destaca ele. "Não há dúvidas de que isso só foi possível em função da melhora na atividade portuária", disse.

Costa explica que um navio de fertilizantes, por exemplo, gera 120 ofertas de trabalho por dia. São cerca de 30 homens trabalhando por turno de seis horas numa embarcação. Como a atividade portuária funciona 24 horas por dia, são quatro turnos diários, gerando mais postos de trabalho. De janeiro a junho, atracaram em Paranaguá 122 navios, volume 7,5% maior do registrado no mesmo período de 2010.

O governador Beto Richa tem destacado que todas as mudanças e melhorias que estão sendo realizadas nos portos paranaenses também têm como intuito melhorar a vida dos trabalhadores. "Todos os avanços conquistados no porto tem que refletir na melhoria de qualidade de vida das pessoas que dependem do terminal para o sustento da família", diz.

### **Reflexos econômicos**

O aumento na atividade portuária, seguido do crescimento no volume de trabalho e consequente ganho salarial, estão movimentando a cidade de Paranaguá. De acordo com o presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá (Aciap), é notória a mudança de ânimos na cidade. "Temos mais dinheiro circulando na praça. Apesar de não termos estatísticas ainda, é notório o aquecimento das vendas no comércio", disse.

Além disso, Hamoud destaca que Paranaguá está mudando seu perfil de cidade de pequeno porte para médio porte e o grande indutor destas mudanças é o Porto. A chegada de novos e grandes empreendimentos na cidade está, segundo ele, baseada no desenvolvimento do Porto de Paranaguá e também nas perspectivas de crescimento do terminal.

Ele relata que um shopping que está em fase final de construção e deve começar a funcionar em breve e uma loja de departamentos internacional vai se instalar na cidade. Além disso, a cidade está recebendo empreendimentos imobiliários de grande porte, como uma grande rede hoteleira internacional que está construindo um hotel com 10 andares na cidade. "Empresas deste porte só fazem investimentos tão expressivos assim em locais onde há confiança de que haverá crescimento", avalia.

Levando-se em conta que cerca de 80% da economia de Paranaguá está direta ou indiretamente ligada à atividade portuária, o bom desempenho do Porto reflete diretamente nos ganhos para a cidade. Segundo o presidente da Aciap, a gestão profissional do Porto transmite confiança aos investidores. "O governo do estado tomou uma decisão acertada de primar pela gestão profissional dos portos e, além disso, colocar na administração dos portos pessoas da cidade, sensíveis aos problemas e necessidades locais", disse.

## **Chery quer 4% do mercado brasileiro em até seis anos**

25/07/2011- O Estado do Paraná

Temida pelos fabricantes já instalados no Brasil, a China finalmente fincou sua primeira raiz no setor automobilístico nacional com o início das obras da fábrica da Chery em Jacareí (SP). Como importadora, a marca já oferece um dos carros mais baratos do mercado, o QQ, vendido a R\$ 23.990, todo equipado - atrativo que gera fila de espera de mais de três meses.

A expectativa era de que a produção local resultaria em produtos ainda mais em conta. Mas o presidente mundial da Chery, Yin Tongyao, avisa que o grupo não quer

conquistar o mercado com base em produto barato. O primeiro modelo a ser feito no País terá preço intermediário entre o QQ e o Face, que custa R\$ 31,9 mil.

O executivo garante, contudo, que sairá de fábrica mais equipado que os concorrentes. "Esse será o nosso diferencial", disse, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. O plano da Chery é chegar a 4% do mercado brasileiro em até seis anos. Segundo ele, a competição no mercado chinês é muito maior que no Brasil. "Não há nenhuma indústria do ramo no mundo que não queira estar no Brasil hoje", avaliou.

Para o executivo, a economia brasileira e a australiana são singulares no contexto internacional. "Durante a crise financeira, em 2008, Brasil e Austrália escaparam relativamente ilesos. Acredito que isso tenha ocorrido em parte devido às exportações de commodities", disse. "No caso do Brasil, também é preciso citar o governo Lula, que fez reformas políticas e estruturais que ajudaram o país a escapar da crise. O mercado brasileiro ainda vai crescer por alguns anos", acrescentou. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

## Fábrica de pneus na RMC vai fortalecer polo automotivo do Paraná

25/07/2011- O Estado do Paraná

Uma grande área na cidade de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), vai abrigar a planta da empresa Sumitomo, fabricante japonesa dos pneus Dunlop e Falken para automóveis. A instalação da fábrica reforça o pólo automotivo paranaense e amplia o parque industrial do município, que já abriga a Antex, fabricante de tecidos sintéticos para automóveis; a KYB do Brasil, que produz amortecedores; e a SNR-NTN, fabricante de rolamentos. Em área próxima, está sendo ampliada a unidade da Coca-Cola/Mate Leão.

Para o secretário da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, o município é um exemplo de atuação conjunta com o Estado, num processo iniciado pelas negociações com várias empresas que adquiriram a devida confiança no Paraná, após a edição do Programa Paraná Competitivo.

Fazenda Rio Grande criou uma lei municipal adequando o município aos novos tempos de atração de empresas e de novos investimentos nas unidades já instaladas no Paraná. "Foi uma medida inteligente e que vem ao encontro com as políticas econômicas do governo Beto Richa", diz Hauly.

O secretário do Planejamento, Cássio Taniguchi, disse que o governo está trabalhando em conjunto com as autoridades de Fazenda Rio Grande para a implantação de um distrito industrial destinado prioritariamente a indústrias de auto-peças automotivas, indústrias de reciclagem e de tecnologia de defesa. "Queremos distribuir melhor o desenvolvimento no Paraná", diz Taniguchi.

Segundo Taniguchi, os técnicos do governo paranaense trabalham para levar as empresas para regiões menos desenvolvidas do interior ou que têm afinidade com determinado setor. "Além da atração de empresas e criação de novos empregos, o Paraná Competitivo incentiva o desenvolvimento de pólos e aptidões específicas de determinadas áreas", explica o secretário da Fazenda.

## Perfil do município

O prefeito de Fazenda Rio Grande, Chico Santos, afirma que a adequação do município ao programa Paraná Competitivo é uma medida necessária para mudar o perfil econômico da cidade. "Um trabalho de atração de indústrias é capaz de modificar o perfil da cidade, ainda hoje considerada apenas cidade-dormitório", explica.

O secretário da Fazenda, Luiz Carlos Haully, ressalta que o prefeito foi hábil ao incluir na lei municipal a possibilidade de atrair empresas que investem em alta tecnologia de defesa. "O setor de defesa merecerá do Paraná uma atenção especial, já que há poucos empreendimentos voltados para este segmento tão importante para o país", avalia Haully.

A Sumitomo acaba de cumprir a primeira parte do acordo assinado com o governo, ao fazer a comunicação formal a acionistas e colaboradores da implantação da unidade fabril paranaense. A empresa entra em operação em 2013.

## Indústria naval pede isonomia com importados

25/07/2011- Valor Econômico

A indústria naval e offshore vem defendendo junto ao governo a taxação de uma série de itens importados usados pelos estaleiros na construção de plataformas de petróleo. "O setor quer isonomia tributária", disse Augusto Mendonça, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Construção Naval e Offshore (Abenav). O executivo afirmou que existem dois caminhos para conseguir essa isonomia: reduzir impostos no país ou taxar a importação.

A Abenav já discutiu o "conceito" com os ministérios da Indústria e Comércio e Fazenda, disse Mendonça. E, segundo ele, a receptividade tem sido boa. A medida funcionaria como um incentivo ao desenvolvimento da cadeia de fornecedores da indústria naval e offshore. A entidade, que representa 27 estaleiros, vem trabalhando, desde sua constituição, para construir uma indústria naval e offshore competitiva, o que passa pelo fortalecimento dos fornecedores. A tarefa ganhou importância dadas as oportunidades de negócios que poderão surgir para a indústria nacional com o desenvolvimento das reservas do pré-sal.

A facilidade para importar peças e componentes que equipam as plataformas levou Mendonça a comparar essas unidades de produção de petróleo a um armazém alfandegado. "Pode se importar o que quiser, de qualquer lugar do mundo, sem pagar imposto de importação." E pelas mesmas razões comparou os estaleiros às Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

Mendonça disse que, se um fornecedor chega ao final do processo produtivo sem conseguir se creditar de um determinado percentual de imposto, o produto similar importado deveria ser taxado em idêntico percentual ao que o fornecedor nacional não conseguiu se beneficiar. A Abenav defende ainda outros dois pontos: a redução dos encargos de mão de obra (os 27 estaleiros ligados à entidade geram 60 mil empregos diretos, número que deve passar dos 100 mil até 2015-2016) e condições mais favoráveis de financiamento para os fornecedores da indústria naval e offshore.

A Abenav também trabalha para reduzir o custo do aço nacional fornecido aos estaleiros, que pode ficar cerca de 30% mais caro, em média, do que o produto importado, dependendo do tipo de aço, disse Mendonça. Ele destacou, no entanto, ineficiências que tendem a influenciar essa realidade: "O frete marítimo para levar aço de Cubatão para Recife é mais caro do que o frete para a China."

O setor está na expectativa, no momento, sobre como poderá ser contemplado na nova versão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)", disse Mendonça. A nova PDP está prevista para ser lançada pelo governo em 2 de agosto. Ele disse que os estaleiros representam o final do processo produtivo, mas é importante definir ações para aumentar a competitividade das empresas que estão ao longo da cadeia, como fabricantes de equipamentos elétricos e eletrônicos, ar-condicionado, tubos, válvulas, bombas, painéis e sistemas de instrumentação, entre outros. Esses são exemplos de itens produzidos no país para atender a indústria naval e offshore.

## Private equity tem captação e investimento recorde no país

25/07/2011- Valor Econômico

O mercado brasileiro de fundos de "private equity" - que compram participações em empresas de capital fechado - virou um jogo para gente cada vez maior. Em um espaço de pouco menos de um mês, duas das principais gestoras nacionais, Vinci Partners e BTG Pactual, fecharam captações dos dois maiores fundos já destinados ao país, de US\$ 1,4 bilhão e US\$ 1,6 bilhão, respectivamente. O recorde pode ser batido novamente pela gestora Gávea, que também está para concluir uma captação bilionária. Estima-se que atualmente existam outros US\$ 9 bilhões em fase de captação.

Não só a captação neste ano deverá ser recorde, como também o volume efetivamente investido na compra de participação em empresas por fundos nacionais e estrangeiros. Especialistas estimam que a cifra chegue ao patamar de US\$ 10 bilhões, superando em quase 60% os US\$ 6,3 bilhões aplicados no ano passado. Com isso, os fundos de private equity já rivalizam com as ofertas de ações como fonte de recursos para as empresas. No ano passado, as ofertas primárias de ações, que representam dinheiro no caixa das companhias, totalizaram R\$ 10 bilhões. Vale lembrar que muitas vezes os private equity entram comprando fatias de outros acionistas e não injetando dinheiro novo nas empresas.

No primeiro semestre, no entanto, as aquisições ficaram aquém do esperado, período em que vários fundos se posicionaram na ponta vendedora, mas a estimativa de US\$ 10 bilhões se mantém nos cálculos de agentes da indústria.

Ainda que de forma mais seletiva, os pesos-pesados do setor aproveitaram os cofres cheios e partiram para o ataque. A Advent, que no ano passado levantou US\$ 1,65 bilhão para investir na América Latina, adquiriu 50% do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) por R\$ 835 milhões. O primeiro negócio do fundo de US\$ 1,7 bilhão da argentina Southern Cross também foi no Brasil, com a aquisição da fabricante gaúcha de utensílios de cozinha Brinox.

Conhecido por adotar uma postura mais ativa, logo após captar seu primeiro fundo, o BTG Pactual não perdeu tempo e entrou nas negociações - por ora frustradas - para a criação do Novo Pão de Açúcar, que reuniria os ativos da rede de supermercados comandada por Abílio Diniz com os do Carrefour. O fundo, porém, já conta com outras

duas empresas: a Brasbunker, que atua na prestação de serviços para a indústria de petróleo, e a rede de drogarias Brazil Pharma.

A lista de gestores com fundos bilionários na praça inclui ainda a Vinci Partners, do ex-Pactual Gilberto Sayão, que já alocou uma parte dos US\$ 1,4 bilhão obtido dos investidores na masterfranqueada da rede de fast food Burger King no Brasil e na empresa de locação de veículos Unidas (ao lado da Kinea, do Itaú, e da Gávea).

Com a maior competitividade em torno dos projetos, o aumento no tamanho dos fundos é uma tendência para o setor, segundo o superintendente executivo de private equity do Banco Santander, Geoffrey Cleaver. "Os cheques têm ficado cada vez maiores para compensar a rentabilidade mais apertada dos projetos", diz. O investimento médio dos fundos com foco em infraestrutura, que girava em torno de R\$ 50 milhões, subiu para R\$ 200 milhões, o que eleva o patrimônio necessário desses fundo para a casa de R\$ 2 bilhões, afirma o executivo.

Além das gestoras tradicionais, os investimentos no País devem ser reforçados ainda pelos chamados fundos "fly-in", de empresas estrangeiras que não possuem escritórios nem portfólios dedicados exclusivamente ao país. Em 2010, eles responderam por mais de um terço dos negócios dos private equity.

O crescente interesse em ativos brasileiros coincide com a demanda das empresas em angariar recursos para financiar seus planos de expansão, o que cria condições ideais para o volume de investimentos aumentar ainda mais, avalia Alexandre Pierantoni, sócio da PwC Brasil. A empresa de auditoria e consultoria estima que 43% dos negócios de fusões e aquisições anunciados no país neste ano até junho tenham participação de private equity. Em 2006 essa participação era de 11%.

"Todos os grandes gestores internacionais possuem ou planejam ter presença no Brasil", diz Pierantoni. Não por acaso, importantes negócios do ano passado envolveram a compra de participações em gestoras nacionais, incluindo a entrada da Blackstone no capital do Pátria Investimentos e a aquisição do controle da Gávea pela Highbridge, braço de investimentos alternativos do J.P. Morgan.

Apesar do apetite por aquisições e dos recursos disponíveis, os negócios ainda estão aquém do potencial. De um modo geral, o número de operações de fusões e aquisições recuou 9% no primeiro semestre deste ano, segundo levantamento da PwC. No período, as gestoras de private equity apareceram com destaque na venda de participações, especialmente em ofertas públicas iniciais (IPO, na sigla em inglês).

O ritmo mais lento é resultado de uma maior seletividade dos gestores, segundo Leonardo Ribeiro, sócio da gestora Ocroma. "Em busca de condições mais favoráveis para o fundo, as negociações acabam levando um tempo maior para ser concluídas", afirma. A chegada dos grandes fundos aumentou ainda a concorrência por potenciais ativos, algo relativamente novo no mercado brasileiro.

## STF julga mérito por meio virtual

25/07/2011- Valor Econômico

No meio jurídico, quase ninguém percebeu, nem mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Mas desde abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem julgando questões de mérito de forma virtual, sem as discussões em plenário. Até o momento, os ministros já julgaram 19 recursos eletronicamente. Embora a regra só se aplique a

casos de reafirmação de jurisprudência - ou seja, quando já há uma posição dominante do STF sobre a matéria - ela gera um incômodo instantâneo à medida que chega aos ouvidos de advogados. Eles temem violação ao princípio da ampla defesa, já que, com os votos pelo computador, fica eliminada a possibilidade de participarem das sessões plenárias e fazerem sustentação oral. Apontam também possível afronta à publicidade dos julgamentos.

"Confesso que o assunto não havia chegado ao nosso conhecimento, não é algo do domínio da maioria", diz o secretário-geral do Conselho Federal da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho. "Mas como a Ordem não pode concordar com um julgamento que viole prerrogativas do advogado, como defender o cliente oralmente, teremos que discutir o assunto internamente e nos posicionar", afirma.

No julgamento virtual de mérito, o relator do caso apresenta seu voto pelo computador. A partir daí, os outros ministros têm 20 dias para se manifestar. Assim como nas sessões presenciais, ganha quem tiver os votos da maioria.

O plenário virtual foi usado inicialmente apenas para decidir se um recurso poderia ou não subir para o STF. Os ministros analisam se a discussão tem repercussão geral - ou seja, se transcende o interesse das partes envolvidas. Se isso ocorrer, o caso poderá ser analisado pela Corte suprema.

Mas uma alteração no regimento interno do STF, em dezembro do ano passado, passou a admitir também que alguns recursos sejam decididos a distância. O novo artigo 323-A diz que "o julgamento de mérito de questões com repercussão geral, nos casos de reafirmação de jurisprudência dominante da Corte, também poderá ser realizado por meio eletrônico." A jurisprudência dominante, em geral, é aquela que já foi definida anteriormente em plenário.

Mas um dos pontos cruciais, segundo especialistas, é que esses julgamentos virtuais poderão formar leading cases que irão ditar o posicionamento das demais Cortes do país. Isso porque, a partir do momento em que a repercussão geral é reconhecida, todos os casos com a mesma discussão ficam suspensos nos tribunais do país inteiro, até que o Supremo se posicione. Presume-se que a decisão do Supremo será depois replicada pelos magistrados. Como a repercussão geral também é um instrumento relativamente novo - começou a ser usada em 2007 - os ministros ainda estão definindo os precedentes que irão guiar o posicionamento dos demais magistrados. E eles estão sendo fixados pelos julgamentos virtuais. Outra preocupação é que a Corte mudou muito sua composição nos últimos anos, e a jurisprudência reafirmada pelo plenário eletrônico poderia refletir uma formação antiga.

Os defensores do método eletrônico argumentam que o objetivo é agilizar os julgamentos, reservando as longas discussões públicas, nas quais os votos podem durar horas, para os casos de maior relevância e sobre os quais ainda não há entendimento firmado. "A medida é tocada pelo princípio da necessidade, pela pressão a que estamos submetidos pelo excesso de processos", explica o ministro Gilmar Mendes, que, no entanto, votou contra a alteração no regimento, ao lado dos ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli.

Já o ministro Marco Aurélio manifesta críticas mais duras à nova modalidade. "Passamos a ter um Supremo virtual, praticamente fictício", diz o ministro - que, por não estar de acordo com o sistema, evita se posicionar quanto às discussões de fundo por meio eletrônico. "Quando há esta indagação no sítio, coloco não".

O maior problema, na opinião de Marco Aurélio, é que sem o plenário reunido os ministros não discutem seus posicionamentos, limitando-se a apresentar votos de forma individual. Para ele, uma discussão poderia levar a mudanças de entendimento. "O direito evolui a cada dia. Assim como se pode confirmar a jurisprudência, se pode também rediscutir a matéria. É possível que se chegue à conclusão de que o entendimento anterior não era o mais consentâneo", afirma.

O advogado Jalígson Hirtácides, de Recife, foi um dos primeiros do país a passar pela experiência do julgamento virtual. "Fiquei estarrecido", ele diz. "A gente não tem segurança e fica sem defesa, não tem oportunidade de apresentar um memorial." De acordo com ele, o processo envolve 18 médicos do sistema público de saúde, que discutem no Judiciário, há 26 anos, a eliminação de vantagens remuneratórias de seus salários. Segundo Hirtácides, eles ganharam em todas as instâncias e o processo já estava sendo executado, na fase de liberação do precatório. "Mas a União conseguiu impedir isso através de um recurso ao STF, julgado pelo plenário virtual", afirma. A decisão tomada eletronicamente virou objeto de novos recursos, ainda não analisados pela Corte.

## Indústria desaquece no segundo trimestre

25/07/2011- Agência CNI

**Brasília** – Com a produção registrando 48,1 pontos e a utilização da capacidade instalada (UCI) aquém do usual, com 44,7 pontos em junho, a indústria brasileira registrou uma "evidente queda" na demanda no segundo trimestre do ano, sofrendo forte impacto. O diagnóstico é da Sondagem Industrial, divulgada nesta sexta-feira, 22 de julho, pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#). Os indicadores variam de zero a cem. Valores acima de 50 mostram evolução positiva, estoque acima do planejado ou UCI acima do usual.

"A atividade industrial está perdendo força. Os sinais de desaquecimento existentes no primeiro trimestre se tornaram mais evidentes durante o segundo trimestre, sobretudo em junho", assinala a pesquisa, que ouviu 1.692 empresas entre 1º e 15 de julho, das quais 915 pequenas, 535 médias e 242 grandes.

Os empresários informaram que os estoques efetivos em relação ao planejado atingiram 53 pontos, o maior valor desde 2009. "Diferentemente do primeiro trimestre, as empresas acumularam estoques durante todo o segundo trimestre", registra a Sondagem Industrial, lembrando que tal acúmulo resultou de vendas menores do que as pretendidas.

O gerente-executivo da Unidade de Pesquisas da CNI, Renato da Fonseca, atribuiu a desaceleração da produção industrial a dois fatores principais – o aperto no crédito e a alta dos juros promovidos pelo Banco Central e a maior competição dos produtos importados, pela valorização do câmbio. "Estes dois fatores, que refletem diretamente na demanda e na concorrência com o produto nacional, levaram à perda de dinamismo da indústria", acrescentou.

**INSATISFAÇÃO** – A CNI detectou insatisfação do empresariado da indústria com a margem de lucro operacional e constatou que apesar de continuar positiva, a satisfação com a situação financeira da empresa recuou. "A contínua moderação da atividade industrial e um câmbio que favorece cada vez mais os produtos importados prejudicam as condições financeiras das empresas. Os industriais encontram-se

insatisfeitos com suas margens de lucro e a satisfação com a situação financeira é cada vez menor”, atesta a pesquisa.

A Sondagem Industrial apontou novo recuo no índice de satisfação com a margem de lucro, que caiu de 46,6 pontos nos três meses iniciais do ano para 45,7 pontos no segundo trimestre. “Ao se afastar ainda mais da linha divisória de 50 pontos, o indicador registra aumento da insatisfação”, sublinha a pesquisa. Apesar de permanecer positiva, com 51,5 pontos, a satisfação com a situação financeira caiu de 46,6 pontos no primeiro trimestre para 45,7 pontos entre abril e junho. “A satisfação diminuiu pelo terceiro trimestre consecutivo e o índice é o menor desde o terceiro trimestre de 2009”, pontua o levantamento.

A CNI informa que o aperto monetário promovido pelo Banco Central tornou o acesso das empresas ao crédito mais difícil. O índice de acesso ao crédito atingiu 43,8 pontos no segundo trimestre, o menor valor desde o quarto trimestre de 2009.

A falta de demanda ganhou no segundo trimestre maior importância entre os principais problemas listados pelo empresário industrial. “Entre as pequenas empresas, esse item passou da sexta para a quarta posição entre os principais problemas. Nas médias empresas, o registro subiu de 26,4% para 29,9% das empresas, mantendo-se na terceira posição. O problema ganhou importância também entre as grandes empresas, passando da sétima para a sexta posição. A maior importância do problema explicita o desaquecimento da demanda por produtos industriais domésticos”, relata a pesquisa.

**REGIÕES E SETORES** - De acordo com o levantamento, estão na região sul os sinais mais claros de desaquecimento da atividade industrial. A UCI nas empresas do sul ficou em 43,7 pontos em relação ao normal e o índice de estoques atingiu 55,4 pontos, enquanto a produção registrou 45,7 pontos, decrescendo na comparação com maio. A região foi a única que em junho reduziu o número de empregados, índice que marcou 48,5 pontos.

Após constatar que a desaceleração da indústria está mais disseminada entre os setores, com a UCI abaixo do usual em junho em 24 dos 26 segmentos abrangidos pela pesquisa, a CNI se declara preocupada especialmente com o setor têxtil.

“A produção está caindo na comparação com o mês anterior desde novembro de 2010. O número de empregados também se reduz desde janeiro. A utilização da capacidade instalada do setor têxtil está abaixo do usual para o mês desde setembro de 2010. Mesmo reduzindo sua produção mês a mês, a demanda é insuficiente para absorver a produção”, analisa a Sondagem Industrial.

Apesar das avaliações negativas, os empresários da indústria mostram-se otimistas nas expectativas sobre a contratação de empregados e compras de matérias-primas. Estes índices assinalaram, em julho, 54,2 pontos e 58,2 pontos, respectivamente, mantendo praticamente os mesmos patamares de junho (54 pontos e 58 pontos).

## Dilma: nova política industrial está pronta

25/07/2011- Newsletter Automotive Bunisses

A presidente Dilma Rousseff admitiu na sexta-feira, 22, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, que a defasagem na política industrial é um dos gargalos do País. Batizado como "Programa de Inovação do Brasil", o texto referente à política de desenvolvimento da competitividade está pronto e será apresentado no dia 2 de agosto. Haverá incentivo para incrementar a exportação de produtos manufaturados.

Além da valorização das exportações, os pilares da política industrial serão aumento do conteúdo local, agregação de valor, compras governamentais e política de defesa comercial. A desoneração da folha de pagamentos não está incluída nesse pacote e "sai na sequência", de acordo com Dilma.

Na prática, a política industrial será fatiada. A ideia é contornar resistências e impedir que medidas que precisam passar pelo crivo do Congresso fiquem indefinidamente à espera de aprovação.

No dia 9 a presidente disse que anunciará "uma boa melhorada" no programa popularmente conhecido como Super Simples, que prevê a unificação de oito tributos, seis federais, um estadual e um municipal.

### **Pouso suave**

A presidente afirmou que a economia brasileira está fazendo um "pouso suave" e disse ainda que não aceita a dicotomia entre controle da inflação e crescimento. Dilma foi taxativa: disse que uma política de curto prazo nessa seara seria "o pior dos mundos", pois teria efeito danoso para a economia.

Com uma ponta de preocupação em relação ao cenário internacional, Dilma afirmou que o Banco Central "está correto" ao usar a política de taxa de juros para domar a inflação. Na última quarta-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevou a taxa Selic para 12,5% ao ano, a quinta alta consecutiva da taxa básica de juros.

Descontraída, a presidente observou que monitora diariamente todos os percalços no front internacional e admitiu a possibilidade de tomar "medidas duras", caso seja necessário. "Chova ou faça sol, estamos olhando os efeitos da crise na Europa e a questão do teto da dívida pública (dos Estados Unidos) sobre nossa economia, porque isso é da nossa responsabilidade", comentou. "Quando percebermos qualquer ameaça tomaremos medidas duras." Os jornalistas quiseram saber quais medidas poderiam ser tomadas, e ela abriu um sorriso: "Vocês acham que vou dizer?"

Dilma destacou que o governo continuará o processo de "consolidação fiscal" - eufemismo para se referir ao ajuste das contas - e disse que, por isso mesmo, a inflação está sob controle. Lembrou, ainda, que em cinco meses de governo, de janeiro a maio, o chamado governo central (Tesouro Nacional, BC e Previdência Social) já cumpriu mais da metade da meta fiscal fixada para o ano todo. A meta de superávit primário é de R\$ 81,7 bilhões e já foi atingido o patamar de R\$ 45,5 bilhões.

## **Câmbio**

Os problemas de sobrevalorização do real preocupam a presidente Dilma Rousseff, mas ela avalia que não pode tomar nenhuma medida precipitada sem olhar com cuidado o cenário internacional. Quando os jornalistas observaram que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, nem está dormindo por causa do câmbio, Dilma deu risada. "É bom, às vezes, a gente não dormir. A gente não dorme e fica alerta", disse ela, em tom bem humorado. Depois, emendou, enigmática: "O Guidinho de olhos abertos..."

Diante da insistência dos jornalistas em relação a possíveis mudanças na política cambial, a presidente respondeu usando o recurso da imagem, método muito adotado por seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. "Você acha que a gente pode fazer alguma coisa no momento em que não sabe se o pessoal está brincando na beira do abismo ou se já conseguiu criar uma rede de proteção?", perguntou, em alusão à crise na Europa e nos Estados Unidos. "Nós nem sabemos se vai ter default nos Estados Unidos."

Ao mencionar um quadro de incertezas fora do Brasil, Dilma fez outra comparação, tomando um gole d'água: "O mundo está andando um pouco de lado. Deixa ele andar um pouco à frente que a gente decide o que vai fazer", disse. Na avaliação da presidente, o socorro de 158 bilhões de euros à Grécia, anunciado por chefes de Estado e de governo da União Europeia, representa mesmo um calote organizado. "Mas tem de ser feito, não tem jeito", comentou.

## **CNI: pessimismo com exportações e otimismo com demanda interna**

25/07/2011- Newsletter Automotive Business

A retração da atividade da indústria no mês passado influenciou negativamente a perspectiva dos empresários do setor em relação às exportações, segundo a Sondagem Industrial divulgada na sexta-feira, 22, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Eles seguem otimistas, porém, em relação à demanda doméstica para os próximos seis meses, ao número de empregados nas companhias e às compras de matérias-primas.

A estimativa dos industriais para as exportações passou de 50,4 pontos em junho para 48 pontos em julho – o indicador mostra perspectiva de queda quando está abaixo de 50 pontos. "O pessimismo voltou a predominar com relação às exportações industriais", revela o documento da CNI. O indicador voltou a ficar abaixo da linha divisória dos 50 pontos.

As perspectivas relativas à demanda doméstica para os próximos seis meses permanecem otimistas, passando de 61,6 pontos no mês passado para 61,9 pontos este mês. O indicador segue acima da média histórica de 59,9 pontos calculada pela entidade representativa dos industriais. "Ressalte-se, contudo, que o índice está 1,6 ponto abaixo do registrado em julho de 2010", ponderou a CNI.

Em relação ao quadro de pessoal, o indicador apresentou leve alta este mês em relação a junho, passando de 54 pontos para 54,2 pontos. "Os empresários mostram, em julho, o mesmo otimismo do mês anterior com relação à evolução futura do número de empregados", trouxe o documento da CNI.

No caso das encomendas, a elevação foi de 58 pontos em junho para 58,2 pontos este mês.

### **Lucro líquido da Volvo cresce 42%**

25/07/2011- Newsletter Automotive Business

O balanço global da Volvo divulgado para os investidores da companhia indica que a montadora registrou avanço de 42% no lucro líquido entre janeiro e junho deste ano, para US\$ 1,30 bilhão. O lucro operacional da empresa chegou a US\$ 2,24 bilhões, com expansão de 46,7% sobre a primeira metade de 2010.

A companhia registrou no período alta de 15% na receita líquida, para US\$ 23,82 bilhões. O investimento do grupo em pesquisa e desenvolvimento também avançou, com expansão de 9% para US\$ 1 bilhão. Comunicado da empresa assinado pelo CEO Leif Johansson aponta que a montadora melhorou a rentabilidade apoiada na recuperação dos mercados maduros e na demanda dos países emergentes.

### **IR - Fonte - PIS e COFINS do mês de junho vencem hoje, dia 25/7**

25/07/2011- Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, exceto instituições financeiras e equiparadas, devem recolher até hoje, dia 25/7, as contribuições do PIS e da COFINS sobre as receitas auferidas no mês de junho/2011.

### **Projeto de Lei - Projeto estabelece novo cálculo para o adicional de insalubridade**

25/07/2011- Notas COAD

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 532/11, do deputado Dr. Aluizio (PV-RJ), que estabelece o cálculo do adicional de insalubridade seja feito com base no salário-base do trabalhador, e não no salário mínimo.

A proposta altera a Consolidação de Leis do Trabalho (CLT, aprovado pelo [Decreto-Lei 5.452/43](#)), que estabelece adicional de 40%, 20% e 10% a partir do salário mínimo.

Segundo o autor do texto, a intenção é igualar a situação da insalubridade com a da periculosidade, que é um adicional em cima do salário-base. "As categorias têm diferença, principalmente em locais distantes do trabalho, por exemplo caldeireiro, soldador, electricista, é diferente de outras funções", afirmou.

Dr. Aluizio disse que o Supremo Tribunal Federal (STF) havia emitido uma súmula contra a vinculação do adicional de insalubridade ao salário mínimo, mas suspendeu a aplicação de uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) com a mesma orientação. "Diante desse ato absolutamente difícil de entender, proponho o presente projeto", disse.

### **Tramitação**

O projeto tramita apensado ao PL 2549/92, que já foi analisado pelas comissões permanentes e está pronto para a pauta do Plenário.

FONTE: Agência Câmara dos Deputados

## **Poder Legislativo - Liminares: Projeto agiliza análise de pedidos nos processos cíveis**

25/07/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei nº 241/2011, de autoria do deputado Sandes Júnior (PP-GO), que agiliza o procedimento judicial relativo aos pedidos de liminar nos processos civis. Liminar é uma decisão provisória que vigora até o julgamento do mérito da ação.

Atualmente, o Código de Processo Civil (CPC - Lei nº 5.869/73) determina que, após a distribuição, os processos serão encaminhados, em 48 horas, ao relator. Pelo projeto, quando houver pedido de liminar, os autos serão remetidos imediatamente ao relator ou ao seu substituto.

Sandes Júnior lembra que, em geral, a liminar é pedida em situação de extrema urgência. "Nesses casos não se pode aguardar o desenrolar natural do processo. De nada adiantaria criar o instrumento hábil à satisfação do direito, se ele não for satisfeito corretamente, levando o interessado à perda da completa e eficiente prestação jurisdicional."

A proposta é idêntica ao Projeto de Lei nº 4.932/2009, de autoria do ex-deputado Celso Russomanno, que foi arquivado no fim da legislatura passada, pelo fato de sua tramitação não ter sido concluída.

### **Tramitação**

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

## **Defesa do Consumidor - Empresa deverá informar cliente quando for líder em reclamações**

25/07/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 417/11, do deputado Eli Correa Filho (DEM-SP), que obriga as dez empresas com mais reclamações dos consumidores, segundo os cadastros dos Procons estaduais, a fixar em suas dependências essa informação. O projeto inclui novo artigo no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

Pela proposta, a empresa deverá expor em todas as suas lojas, filiais, agências e postos de atendimento cartazes que contenham a sua posição no ranking, o nome fantasia, a razão social, o número total das queixas e ainda a quantidade de reclamações atendidas e não atendidas.

As punições previstas para a companhia que descumprir a regra irão de advertência e multa a suspensão temporária das atividades. A fiscalização ficará a cargo dos órgãos de defesa do consumidor da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e as empresas terão amplo direito de defesa nos processos administrativos sobre aplicação de penalidades.

O autor argumenta que as listas com as piores empresas no atendimento ao consumidor são muito pouco divulgadas. "É preciso transformar essa lista em um indicador efetivo de referência para o consumidor", afirma.

Agência Câmara

## **Direito Tributário - ICMS: penhora sobre faturamento de empresa executada é mantida**

25/07/2011- Notas COAD

Está mantida a penhora de 3% sobre o faturamento mensal de uma empresa distribuidora de petróleo, determinada em execução fiscal movida pelo Estado de Santa Catarina para receber créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não atendeu o recurso da empresa e manteve a decisão que admitiu a penhora.

No recurso especial, a empresa sustentou que não lhe foi dada a oportunidade de nomear outros bens e que a penhora sobre o faturamento deve obedecer a determinados requisitos do Código de Processo Civil (CPC). Além disso, alegou ser inadmissível a penhora, pois a retirada diária do dinheiro a impedirá de saldar compromissos com funcionários e fornecedores.

O relator do processo, ministro Castro Meira, destacou que a jurisprudência do STJ é firme quanto à possibilidade de a penhora recair, em caráter excepcional, sobre o faturamento da empresa, desde que observadas as condições previstas na legislação processual. Além disso, o percentual fixado não pode tornar inviável o exercício da atividade empresarial.

Em sua decisão, o ministro enumerou vários precedentes no mesmo sentido de sua conclusão, de que, em casos excepcionais, admite-se a penhora do faturamento da empresa desde que o devedor não possua bens para assegurar a execução, ou estes sejam insuficientes para saldar o débito.

Um dos precedentes observa ainda que “a penhora sobre o faturamento não é equivalente à penhora de dinheiro e somente é admitida em casos excepcionais, desde que atendidos requisitos específicos a justificar a medida”.

Processo: REsp 1130972

FONTE: STJ

## **Inadimplência das empresas deve subir no segundo semestre, prevê economista**

25/07/2011- Notas COAD

– O Banco Central insiste numa política equivocada de enfrentar a inflação com uma medida que freia o crescimento da economia, intensifica o processo de desindustrialização, beneficia os rentistas ao mesmo tempo em que prejudica os trabalhadores e o setor produtivo da economia – observou o vice-presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nivaldo Santana, agregando: “é um remédio que vira veneno”.

É a quinta vez consecutiva que o BC persiste na política de elevação da Selic. O Brasil continua com as taxas básicas reais de juros mais altas do mundo. Os credores da dívida pública, principalmente bancos e grandes investidores, são beneficiados pela medida, pois receberão mais juros. Os trabalhadores e a indústria pagarão o pato.

Os juros altos estimulam o processo de desindustrialização do país, na medida em que atraem mais capitais estrangeiros de curto prazo para especular com os títulos da dívida pública, conforme notou a Federação da Indústria de São Paulo.

“Precisamos refletir sobre o futuro que queremos para Brasil. O quinto aumento consecutivo da taxa de juros vai acelerar a desindustrialização e poderemos ter perdas de postos de trabalho, agravando os sérios problemas que já enfrentamos com a competitividade brasileira. Em vez de elevar os juros, o governo deveria adotar medidas que efetivamente reduzam a carga tributária, equilibrem a taxa de câmbio, melhorem a infraestrutura, diminuam o custo da energia e garantam isonomia entre a produção nacional e a estrangeira”, enfatiza a Fiesp em nota assinada por seu presidente, Paulo Skaf.

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Por Redação, com ABr - de Brasília e São Paulo

Data: 22/7/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3718>